

CAPÍTULO 4

Trinta e seis democracias

A partir de agora, este livro desenvolverá uma comparação sistemática entre os 36 países (com populações de no mínimo 250 mil habitantes) que eram democráticos em meados de 1996, e que haviam sido democráticos continuamente desde 1977, ou antes. Cada democracia será analisada a partir da sua primeira eleição democrática, no ano de 1945 ou em data posterior, até 30 de junho de 1996. O intervalo de tempo para as 36 democracias, dessa forma, varia de 55 (1945-96) a 19 anos (1977-96). Neste capítulo, explicarei os critérios para a seleção das 36 democracias, e para a escolha do mínimo de anos de experiência democrática. Também discuto as principais características sociais e econômicas que, segundo se espera, podem influenciar os tipos de democracia e o desempenho democrático desses 36 países.

DEFINIÇÕES DE DEMOCRACIA

Embora os cientistas políticos discordem sobre alguns detalhes na definição e na avaliação da democracia (Beetham, 1994; Inkeles, 1991), os oito critérios propostos por Robert A. Dahl (1971: 3) em seu influente livro *Polyarchy* ainda recebem amplo apoio. São eles: (1) o direito ao voto, (2) o direito a ser eleito, (3) o direito dos líderes políticos de competirem por apoio e votos, (4) eleições livres e honestas, (5) liberdade de reunião, (6) liberdade de expressão, (7) fontes alternativas de informação e (8) instituições capazes de fazer com que as medidas do governo dependam do voto e de outras manifestações da vontade popular. Esses requisitos já estavam implícitos na simples definição que Lincoln propôs para democracia, como o governo pelo povo (ou por representantes do povo) e para o povo. Por exemplo, a expressão “pelo povo” contém implicitamente o sufrágio universal, o acesso aos

cargos públicos e eleições livres e honestas. As eleições não podem ser livres e honestas se não houver liberdade de expressão e de reunião, tanto antes das eleições quanto no período entre as mesmas. De modo similar, “para o povo” contém implicitamente o oitavo critério de Dahl, o da responsabilidade do governo para com as preferências dos eleitores. Entretanto, vale a pena enumerar os critérios específicos para se decidir quais os países que podem ser considerados como democracias, e quais os que não podem.

A democracia, como definida por Dahl, é um fenômeno do século XX. Göran Therborn (1977: 11-17) acredita que a Austrália e a Nova Zelândia tenham estabelecido os primeiros sistemas genuinamente democráticos, na primeira década do século XX. A Nova Zelândia tem os mais fortes motivos para isso porque, já em 1893, foi o primeiro país a instituir um verdadeiro sufrágio universal, isto é, o direito ao voto tanto para homens quanto para mulheres e também para a minoria maori. As mulheres, no entanto, não puderam candidatar-se a cargos públicos antes de 1919. A Austrália adotou o sufrágio para homens e mulheres em 1902, mas os aborígenes australianos — reconhecidamente uma pequena minoria de cerca de 2 por cento da população total — não tiveram o direito de votar nas eleições federais, a não ser a partir de 1962 (União Interparlamentar, 1995: 61, 193).

A Tabela 4.1 relaciona os países que podem ser considerados democráticos em 1996, e que constituíram democracias durante, pelo menos, 19 anos. São esses os 36 países analisados neste livro, classificados pela década e pelo primeiro ano em que se iniciou a análise de cada um. A fim de decidir quais deveriam ser classificados como democracias, baseei-me em grande parte — seguindo o exemplo de muitos outros pesquisadores — na classificação fornecida desde 1972 pela Freedom House para todos os países no mundo (Gastil, 1989: 50-61). Nas pesquisas da Freedom House, os países são classificados como livres, parcialmente livres ou não livres, e essas classificações baseiam-se em dois conjuntos de critérios semelhantes aos sugeridos por Dahl: direitos políticos, tais como o direito de participar em eleições livres e competitivas; e liberdades civis, tais como a liberdade de discurso e de reunião. Por isso, os países “livres” também podem ser encarados como países democráticos.

TABELA 4.1. AS 36 DEMOCRACIAS INCLUÍDAS NESTE ESTUDO, CLASSIFICADAS POR DÉCADA E PRIMEIRO ANO DO PERÍODO ANALISADO (ATÉ MEADOS DE 1996)

Década	Primeiro ano analisado	Democracias
Década de 1940	1945	Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido
	1946	Austrália, Bélgica, Islândia, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Estados Unidos
	1947	Suíça
	1948	Irlanda, Suécia
	1949	Alemanha, Israel
Década de 1950	1953	Costa Rica
	1958	Colômbia, França, Venezuela
Década de 1960	1961	Trinidad e Tobago
	1962	Jamaica
	1965	Botsuana
	1966	Barbados, Malta
Década de 1970	1972	Bahamas
	1974	Grécia
	1976	Maurício, Portugal
	1977	Índia, Papua-Nova Guiné, Espanha

Há quatro casos indeterminados: Índia, Papua-Nova Guiné, Colômbia e Venezuela. Na avaliação do grupo de pesquisa da Freedom House (1996), que se baseou principalmente nos altos níveis de violência política e de corrupção nesses países, imperceptivelmente se passou do conceito “livre” para o de apenas “parcialmente livre”, no início da década de 1990. Para a Índia, essa avaliação provavelmente é muito severa, dada sua imensidão territorial e o fato de que a maior parte da violência tem se restringido à periferia do país. Mas praticamente não há dúvida de que a democracia tem estado muito distante da perfeição nos últimos anos, em qualquer dos quatro países mencionados. Outra pesquisa sobre os sistemas políticos do mundo, de 1994, que usa uma escala de dez pontos, sendo 10 a nota mais alta —, classifica os quatro países mencionados com notas abaixo da perfeição do 10 — que é dada, efetivamente, ao total de países da Tabela 4.1. Por outro lado, os quatro casos intermédios ainda merecem notas razoavelmente altas, e vários outros países têm

também nota inferior a 10. A Colômbia recebeu nota 9 — a mesma que Israel e Espanha; a Índia, Papua-Nova Guiné e Venezuela ficaram com 8 —, a mesma nota que a França e Trinidad-Tobago (Jagers e Gurr, 1995). Segundo dados colhidos por Mark J. Gasiorowski (1996: 480-81), rastreando mudanças em regimes políticos durante o ano de 1992, todos os quatro países mantiveram um regime democrático até o final de 1992.

Escrevendo no final da década de 1980, Larry Diamond (1989: 1) achava a Índia “o caso mais surpreendente e importante de resistência democrática do mundo em desenvolvimento”, e que Papua-Nova Guiné havia “manifestado um sistema democrático notavelmente vibrante e saliente”. O desempenho democrático desses países se deteriorou na década de 1990, mas, em minha opinião, não o bastante para justificar a conclusão de que não mais possam ser encarados como democracias. Se é para cometer equívocos, é preferível fazê-lo pela inclusão deles, uma vez que a Índia é a democracia mais populosa do mundo, e também porque esses quatro países tornam muito mais interessante e diversificado o conjunto de democracias analisado neste livro: a Índia e Papua-Nova Guiné são os menos desenvolvidos dentre os 36, e estão entre as sociedades mais divididas etnicamente. Colômbia e Venezuela constituem dois, entre apenas cinco democracias presidencialistas, e são as únicas duas democracias sul-americanas presentes entre os trinta e seis países.¹ (Até fins de 1998, a Índia, a Venezuela e Papua-Nova Guiné haviam sido readmitidas como países “livres” na Freedom House.)

De alguma forma, demonstro também alguma indulgência para com diversos outros países que fazem parte da lista de democracias duradouras da Tabela 4.1, a despeito da inexistência neles de sufrágio plenamente universal — de todos os requisitos democráticos, o mais fundamental. Na Suíça antes de 1971, as mulheres ainda não tinham o direito de votar. Na Austrália, como se observou acima, antes de 1962 os aborígenes não tinham direito ao voto. E, apesar da declaração do presidente Bill Clinton, em seu discurso de posse em 1993, de que os Estados Unidos são “a mais antiga democracia do mun-

¹Este livro não se destina a contribuir para o debate acadêmico sobre a viabilidade do regime parlamentar *versus* presidencial (ver Linz e Valenzuela, 1994; Power e Gasiorowski, 1997). Entretanto, parece significativo que existam, em 1996, apenas cinco sistemas presidencialistas entre as 36 democracias duradouras, e que duas destas constituam casos intermediários de democracia.

do” (*New York Times*, 21 de janeiro de 1993, A11), não se estabeleceu solidamente o sufrágio universal nos Estados Unidos até a aprovação da “Lei do Direito ao Voto”, em 1965. O princípio do sufrágio universal também foi violado pelo Reino Unido, França, Holanda e Bélgica, enquanto esses países constituíam potências coloniais, pelas três potências aliadas enquanto ocupavam a Alemanha e o Japão, e por Israel depois de 1967, devido ao seu controle sobre os territórios ocupados.² Ao se focalizar a atenção sobre o período posterior a 1945, minimizam-se esses problemas, pois os impérios coloniais foram rapidamente dissolvidos e porque, afinal, as mulheres receberam o direito ao voto na Bélgica, na França e na Itália.

Em análises comparativas de democracia, as nações menores e menos populosas são normalmente excluídas. O ponto limite tende a variar entre populações de um milhão e de um quarto de milhão. Aqui, também, optei por ser inclusivo ao selecionar o mais baixo limite.

Existem duas razões para a exigência de que os países sejam não apenas sistemas democráticos, mas também que o tenham sido por um longo período de tempo. A razão mais substancial é que isso nos dá a segurança de que as democracias analisadas não são entidades efêmeras, mas, sim, sistemas consolidados e razoavelmente estáveis de democracia. A segunda razão é de ordem processual: a fim de analisar, por exemplo, a tendência dos resultados das eleições, dos tipos de gabinetes que devem formar-se e a durabilidade desses gabinetes num país em particular, precisamos ter condições para avaliar mais do que apenas uma, ou algumas, dessas eleições e desses gabinetes. Evidentemente que de forma um tanto arbitrária, primeiro escolhi como espaço de tempo mínimo o intervalo de vinte anos, mas depois suavizei ligeiramente esse critério, para poder incluir Índia, Papua-Nova Guiné e Espanha.

A Tabela 4.1 mostra o primeiro ano do período analisado para cada uma das 36 democracias. Geralmente, é este o ano da primeira eleição democrática desde 1945, ou desde a independência. Em países onde a democracia foi interrompida no período do pós-guerra — na França, em 1958, na Grécia, de 1967 a 1974, na Índia, de 1975 a 1977 e na Venezuela de 1948 a 1958 —, é o ano

²O controle exercido no pós-guerra sobre países ou regiões conquistados constitui a violação menos grave dos padrões do sufrágio universal, diante do caráter temporário de tal controle. Quanto mais tempo durar esse controle, maior o dilema que criará para a democracia.

eleitoral que marca a retomada da democracia. Nos países que se tornaram independentes nas décadas de 1960 e 1970, é o ano da realização da eleição mais próxima da independência (Trinidad e Tobago, Botsuana e as Bahamas).³ A única exceção é a República de Maurício, que realizou uma eleição democrática em 1967, um ano antes da sua independência oficial, em 1968, porém onde a democracia falhou por vários anos, no início da década de 1970: um estado de emergência entrou em vigor de 1971 a 1976, líderes opositores foram presos, sindicatos de trabalhadores considerados ilegais. E a eleição de 1972 foi adiada para 1976 (Bowman, 1991: 73-74; Bräutigam, 1997: 50). A eleição de 1976 marca a restauração da democracia, e a República de Maurício está, por isso, incluída na análise a partir de 1976.

TABELA 4.2 AS OUTRAS 25 DEMOCRACIAS (COM POPULAÇÕES SUPERIORES A 250 MIL PESSOAS), A PARTIR DE JANEIRO DE 1996, CLASSIFICADAS POR DÉCADA E ANO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Década	Ano da democratização	Democracias
Década de 1970	1978	Ilhas Salomão
Década de 1980	1980	Equador
	1981	Chipre
	1984	Argentina
	1985	Uruguai
	1988	Coréia
Década de 1990	1990	Chile, República Tcheca, Hungria, Namíbia, Polônia
	1991	Benin, Bulgária, Cabo Verde, Lituânia, Mongólia, Eslovênia
	1993	Estônia, Guiana
	1994	Letônia, Malauí, Panamá, Eslováquia, África do Sul
	1995	Mali

Fonte: Baseado em informação do Freedom House Survey Team, de 1996, e dos primeiros volumes da pesquisa anual *Freedom in the World*

³Trinidad-Tobago — por motivos de praticidade referida simplesmente, de agora em diante, como “Trinidad” — e a Jamaica tornaram-se independentes em 1962, Malta em 1964, Barbados e Botsuana em 1966, República de Maurício em 1968, Bahamas em 1973 e Papua-Nova Guiné em 1975.

A exigência do intervalo mínimo de 19 anos de experiência democrática significa forçosamente que pouquíssimas democracias tiveram de ser excluídas da análise. Felizmente, como demonstra a Tabela 4.2, esse número não é muito grande. A tabela relaciona os 25 países considerados democráticos pela pesquisa da equipe da Freedom House (1996) até janeiro de 1996, e fornece o ano a partir do qual a democracia perdurou de modo contínuo em cada um deles até 1996. Reduzir o intervalo de tempo de 19 para dez anos resultaria na inclusão de apenas mais cinco países: as ilhas Salomão, o Equador, Chipre (a parte grega da ilha), a Argentina e o Uruguai. Além disso, as 25 democracias mais recentes constituem geralmente países menores. Nenhum país tem população maior que 50 milhões, e só as populações da Coreia e da África do Sul excederam os 40 milhões. Da população total combinada das 61 democracias — mais de dois bilhões de pessoas —, as 63 democracias mais antigas abrangem mais de 87 por cento.⁴

TRINTA E SEIS DEMOCRACIAS DIVERSAS

Nosso conjunto de 36 democracias inclui representantes de cada uma das três ondas de democratização identificadas por Samuel P. Huntington (1991: 13-26). Usando uma definição bastante tolerante de sufrágio “universal” — o direito ao voto para pelo menos 50 por cento dos adultos do sexo masculino⁵ —, Huntington observa uma longa primeira onda, que começa já em 1828 e perdura até 1926. Uma curta segunda onda vai de 1943 até 1962, e uma terceira onda inicia-se em 1974. Duas ondas reversas, nas quais a democracia fracassou em vários países, ocorreram entre as três ondas de democratização. Diversos países que experimentaram ondas reversas participaram de mais de uma onda com direção para a frente. Entre as nossas 36 democracias, a Grécia constitui um caso de envolvimento em todas as três ondas com direção para a frente e em ambas as ondas reversas. Todos os países relacionados na Tabela 4.1 como ten-

⁴Se excluirmos a Índia, com sua imensa população de quase um bilhão de pessoas, a percentagem da população combinada dos 35 países remanescentes de democracia mais antiga ainda é maior que 77 por cento.

⁵Huntington (1991:14) admite que inclui sistemas tanto democráticos quanto “semidemocráticos”.

do sido continuamente democráticos, desde a década de 1940, com exceção de Israel, já faziam parte das primeiras ondas de Huntington. Cerca da metade também se incluía na segunda onda: aqueles em que a democracia fracassara na primeira onda reversa, como a Alemanha e a Itália, e os países onde a democracia foi interrompida pela ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial.

Os países relacionados na Tabela 4.1 como tendo sido democráticos desde as décadas de 1950 e 1960 pertencem à segunda onda. Para o grupo da década de 1960, a democratização chegou como resultado da descolonização. Huntington usa o ano de 1962 como aquele em que a segunda onda terminou, porém Botsuana, Barbados, Malta e até mesmo as Bahamas (que só ficaram independentes em 1973) devem ser incluídos na segunda onda. O fim da ditadura portuguesa, em 1974, iniciou a terceira onda, que também abrange as demais democracias do grupo da década de 1970 (com exceção das Bahamas) e que se prolongou nas décadas de 1980 e 1990, principalmente na América Latina e Europa Oriental (Tabela 4.2).

As vinte democracias que perduraram desde a década de 1940 (ou antes) constituem de certa forma um grupo homogêneo, em diversos aspectos-chave, exceção feita ao seu grau de pluralismo: todas são economicamente desenvolvidas, industrializadas e urbanizadas. Excetuando-se o Japão, pertencem ao mundo ocidental judaico-cristão, e a maioria concentra-se geograficamente na região do Atlântico Norte. Entretanto, a inclusão das democracias da segunda e terceira ondas aumenta muito a sua diversidade. Três diferenças importantes são destacadas na Tabela 4.3: o grau em que as 36 democracias constituem sociedades pluralistas, seus níveis de desenvolvimento socioeconômico e sua população.

A primeira diferença é o grau de divisão da sociedade. Esta variável é comumente operacionalizada pelo número e o tamanho relativo dos grupos étnicos em diferentes países (Ordeshook e Shvetsova, 1994; Amorim Neto e Cox, 1997). Essa medida dos grupos étnicos apreende um elemento importante da divisão da sociedade. Por exemplo, *ceteris paribus*, um país que se compõe de três grupos étnicos de igual tamanho é menos dividido do que outro com quatro grupos do mesmo porte, e um país com dois grupos étnicos que compreendam, 90 e 10 por cento da população será menos di-

TABELA 4.3 TAMANHO POPULACIONAL (EM MILHARES) E NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DAS TRINTA E SEIS DEMOCRACIAS, CLASSIFICADAS POR EXTENSÃO DE PLURALISMO, C. 1995

	População (em milhares) 1995	Índice de desenvolvimento humano 1994	População (em milhares) 1995	Índice de desenvolvimento humano 1994
Sociedades plurais				
Índia	929.358	0,446	125.213	0,940
Espanha	39.199	0,934	58.533	0,931
Canadá	29.606	0,960	21.671	0,861
Bélgica	10.146	0,932	18.054	0,931
Suíça	7.039	0,930	10.467	0,923
Israel	5.521	0,913	9.927	0,890
Papua-Nova Guiné	4.302	0,525	8.830	0,936
Trinidad	1.287	0,880	5.220	0,927
Maurício	1.128	0,831	4.354	0,943
Sociedades semiplurais				
Estados Unidos	263.119	0,942	3.601	0,937
Alemanha	81.869	0,924	3.586	0,929
França	58.060	0,946	3.399	0,889
Itália	57.204	0,921	2.522	0,736
Colômbia	36.813	0,848	1.450	0,673
Holanda	15.460	0,940	372	0,887
Áustria	8.054	0,932	276	0,894
Finlândia	5.110	0,940	268	0,942
Luxemburgo	410	0,899	266	0,907
Sociedades não-plurais				
Japão				
Reino Unido				
Venezuela				
Austrália				
Grécia				
Portugal				
Suécia				
Dinamarca				
Noruega				
Nova Zelândia				
Irlanda				
Costa Rica				
Jamaica				
Botsuana				
Malta				
Bahamas				
Islândia				
Barbados				

Fonte: Baseado em dados do Banco Mundial, 1997: 16-17, e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 1997: 146-48

vidido do que outro com dois grupos de 50 por cento cada. Uma outra vantagem é que o grupo pode ser quantificado de forma precisa.⁶

A sua desvantagem é deixar de parte vários aspectos importantes da divisão. Em primeiro lugar, as divisões étnicas não constituem as únicas diferenças relevantes. Particularmente, as cisões religiosas, tais como as que existem entre os hindus, os muçulmanos e os *sikhs*, na Índia, podem ser tão importantes, ou até mesmo mais. Em segundo lugar, a medida poderia, em princípio, ser adaptada para incluir tanto as diferenças religiosas quanto as étnicas, embora ainda assim estivesse omitindo outras cisões importantes *no interior* dos grupos religiosos, tais como a diferença entre os católicos fiéis e praticantes, de um lado, e os católicos eventuais e não praticantes, de outro, e a divisão entre as forças pró-Igreja e as forças anticlericais que a ela se relacionam, as quais historicamente tanto têm contribuído para dar forma à política da França, da Itália e da Colômbia.

Em terceiro lugar, a medida não leva em conta a profundidade da divisão. É ilusório, por exemplo, equiparar a divisão entre protestantes e católicos na Irlanda do Norte à que se verifica na Suíça, na Alemanha e na Holanda. Ou considerar equivalentes as divisões étnicas em que a diferenciação lingüística é relativamente pouco importante, como as que se verificam entre galeses e ingleses, ou entre frísios e holandeses, e aquelas que coincidem com diferenças lingüísticas acentuadas, como ocorre na Bélgica, Suíça, Índia, Espanha e Finlândia. Em quarto lugar, a medida não consegue indicar a extensão em que os grupos étnicos, religiosos e outros, possivelmente, se diferenciam entre si de uma forma organizada. Pode-se verificar um elevado grau desse fato na Áustria, Bélgica, Holanda e Israel, onde os grupos religiosos e ideológicos se organizaram em pequenas sociedades, mais ou menos separadas, com suas próprias associações políticas, socioeconômicas, culturais, educacionais e recreacionais.

A tripla classificação em sociedades plurais, semiplurais e não-plurais, da Tabela 4.3, leva todas essas considerações em conta. É óbvio que se trata de uma medida muito mais subjetiva e aproximada do que a que se baseia exclusivamente no número e tamanho dos grupos étnicos, porém constitui tam-

⁶A medida usada por Ordeshook e Shvetsova (1994) e Amorim Neto e Cox (1997) é o "número efetivo dos grupos étnicos", conceitualmente semelhante ao número efetivo dos partidos políticos que serão introduzidos e explicados no capítulo 5.

bém uma medida mais válida e significativa. Três novos comentários sobre a classificação tricotômica são oportunos. Primeiro, com uma única exceção, todas as sociedades plurais constituem países divididos lingüisticamente. A Índia, com mais de 12 línguas reconhecidas, é um caso extremo, e Papua-Nova Guiné mostra-se ainda mais fragmentado segundo as fronteiras lingüísticas. A população da República de Maurício compõe-se de cerca de dois terços de pessoas de ascendência indiana e de um terço de ascendência africana. A comunidade indiana constitui um microcosmo das divisões lingüísticas e religiosas da Índia. Israel é uma sociedade pluralista, não só por causa da divisão entre os cidadãos judeus e árabes, porém, mais ainda, em resultado da aguda divisão entre os judeus religiosos e os laicos. O único caso excepcional é o de Trinidad, que tem uma língua comum, porém onde "uma cisão difundida e fundamental (...) domina a sociedade trinidadiana: a porção crioula/negra *versus* a indiana" (Premdas, 1993: 100).

Em segundo lugar, a tripla classificação reflete a situação de meados da década de 1990, porém não seria muito diferente caso se baseasse num intervalo de tempo ainda maior. As únicas exceções seriam a Áustria, a Holanda e Luxemburgo, que aqui são classificados como semiplurais, mas que teriam sido rotuladas como plurais nas duas primeiras décadas do pós-guerra, quando seus segmentos ideológicos e religiosos, do ponto de vista da organização, eram muito mais distintos. Em terceiro, é importante não fazer equivalerem os conceitos de "não-plural" e de "homogêneo": as sociedades não-plurais em sua maioria são divididas religiosamente, pelo menos até certo ponto, e a maior parte delas contém pelo menos uma ou mais minorias de pequenas proporções. Exemplos já mencionados são as minorias étnicas no Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. Outro exemplo é Botsuana, freqüentemente considerada a nação mais homogênea da África, mas onde existe uma significativa minoria étnica, os *kalanga*, e onde o grupo étnico dominante — o *tsuana* — se divide internamente em oito tribos.

A Tabela 4.3 indica também o nível de desenvolvimento socioeconômico nas 36 democracias. Essa variável tem sido tradicionalmente operacionalizada pelo produto interno bruto (PIB) *per capita*, embora há muito tempo se tenha reconhecido que o PIB *per capita* constitui uma medida problemática, devido à sua extrema vulnerabilidade diante das flutuações da taxa cambial e de seu exagero da pobreza das nações menos desenvolvidas. Uma melhora

considerável seria adaptar o PIB *per capita* aos diferentes índices de preços nos diferentes países, produzindo as chamadas paridades de poder aquisitivo (Dogan, 1994: 44-46). Outra grande melhora é o índice do desenvolvimento humano, elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (1997:44) no início da década de 1990: "Trata-se de um índice complexo de realizações das capacidades humanas básicas, em três dimensões fundamentais: vida longa e saudável, educação e padrão de vida decente." As três variáveis nas quais o índice se baseia são a renda, a expectativa de vida e a realização educacional. Este é um indicador mais preciso do desenvolvimento, por ter uma base mais ampla que as duas medidas mais antigas, e já encontrou ampla aceitação entre os cientistas sociais (Diamond, 1992: 100-102; Lane e Ersson, 1994a: 214-28; Vanhanen, 1997: 75-79).

Em princípio, o índice de desenvolvimento humano pode variar desde o ponto mais elevado, 1, até o mais baixo, 0. Como mostra a Tabela 4.3, baseada em dados de 1994, a maioria dos países comumente considerados como extremamente desenvolvidos e industrializados tem índices mais altos que 0,9. Os índices da maior parte dos países em desenvolvimento ficam entre 0,8 e 0,9, porém quatro países têm índices muito mais baixos: o mais baixo de todos é o da Índia (0,446), seguindo-se, em ordem crescente, Papua-Nova Guiné, Botsuana e Jamaica.

A maior diferença entre os 36 países é, obviamente, o tamanho das suas populações. A Tabela 4.3 destaca essas diferenças, relacionando os países em cada uma das três categorias de graus de pluralismo, em ordem decrescente de tamanho. A Índia de longe é o maior país, com uma população próxima a um bilhão de habitantes. De acordo com os dados do Banco Mundial, publicados em 1995, a população da Índia era maior do que as populações dos outros 35 países juntos. Uma outra maneira de salientar essas enormes diferenças é calcular o crescimento semanal da população da Índia dentro do seu crescimento anual, que é de cerca de 18 milhões de pessoas. O crescimento populacional *por semana* é de aproximadamente 350 mil habitantes, mais do que a população total de três das 36 democracias: Bahamas, Barbados e Islândia.

As variáveis acima são importantes, nesta análise comparativa, porque é possível supor que elas tenham influência sobre a forma de democracia adotada em diferentes países, como também sobre o desempenho democrático dos mesmos. Por exemplo, sugeri, em capítulos anteriores, que a democracia

de consenso é especialmente adequada para as sociedades plurais, enquanto o federalismo tem mais sentido nos países maiores que nos menores. Além disso, é provável que o nível de desenvolvimento tenha efeito no desempenho macroeconômico dos governos. Essas relações são detalhadas nos capítulos 14 e 15.

As três variáveis têm apenas uma frágil relação entre si. É lógico supor que os países maiores sejam mais heterogêneos que os menores (Dahl e Tufte, 1973: 13-14). Na verdade, o tamanho da população (registrada) e o grau de pluralismo nas nossas 36 democracias são positivamente relacionados, mas o coeficiente de correlação é um simples 0,26, significativo estatisticamente apenas no nível de 10 por cento. As sociedades plurais tendem a ser menos desenvolvidas ($r = -0,24$, significativo no nível de 10 por cento), mas essa relação é em grande parte causada pelos dois casos da Índia e de Papua-Nova Guiné. Países maiores são, de algum modo, menos desenvolvidos que os menores ($r = -0,10$), mas a relação é muito frágil e não é significativa estatisticamente. Finalmente, a duração da experiência democrática contínua entre 1945 e 1996 (medida por década, como indicado na Tabela 4.1) está muito fortemente relacionada ao desenvolvimento — as democracias mais antigas são também os países mais ricos ($r = 0,57$, significativo no nível de 1 por cento), mas não existe relação significativa nem com o tamanho da população, nem com o grau de pluralismo.

A primeira das dez variáveis que caracterizam o contraste majoritário-consensual, apresentado no capítulo 1, era a diferença entre os governos unipartidários de maioria e as amplas coalizões multipartidárias. Essa primeira diferença também pode ser vista como a mais típica e importante entre os dois modelos de democracia, porque resume o contraste entre a concentração de poder, por um lado, e a distribuição de poder, por outro. Além disso, a análise fatorial apresentada no capítulo 14 mostra que ela se relaciona com o “fator” que representa a primeira dimensão (executivos-partidos) mais fortemente do que qualquer das outras quatro variáveis pertencentes a essa dimensão. Por isso, faz sentido dedicar este capítulo — o primeiro de nove que irão discutir as dez variáveis básicas¹ — a essa primeira e mais típica variável.

Entretanto, por motivos de ordem prática, será necessário discutir os sistemas partidários em primeiro lugar. A classificação dos gabinetes — gabinetes unipartidários *versus* gabinetes multipartidários de coalizão; gabinetes de maioria mínima *versus* gabinetes de minoria, e gabinetes que contêm em seu interior partidos “desnecessários” — depende, em grande parte, de como são definidos os partidos políticos, e o número deles, nos sistemas partidários. Por isso, esses problemas de definição precisam ser solucionados antes de se apresentar propriamente a questão dos tipos de gabinetes. Devemos notar, entretanto, que o tipo de sistema partidário também é um forte componente da dimensão executivos-partidos. Para dar uma visão prévia da análise fatorial do capítulo 14 mais uma vez, a variável do sistema partidário relaciona-se com o primeiro “fator” quase tão fortemente

¹Duas dessas variáveis — a da rigidez constitucional e a da revisão judicial — serão discutidas no capítulo 12.

quanto o tipo de gabinete, e mais fortemente do que as três variáveis remanescentes.²

Os sistemas bipartidários caracterizam o modelo majoritário de democracia, enquanto os multipartidários, o modelo consensual. A literatura tradicional sobre os sistemas partidários é firmemente majoritária, favorecendo de maneira enfática o sistema bipartidário. Afirma-se que os sistemas bipartidários têm vantagens, tanto diretas quanto indiretas, sobre os multipartidários. O primeiro benefício direto é que eles oferecem aos eleitores uma clara escolha entre dois conjuntos alternativos de diretrizes públicas. O segundo é que a sua influência é moderadora, uma vez que os dois partidos precisam competir pelos eleitores indecisos, que se acham no centro do espectro político, e por isso precisam defender diretrizes moderadas e centristas. Esse mecanismo é especialmente forte quando um grande número de eleitores se encontra no centro político, mas sua lógica continua a operar mesmo quando as opiniões ficam mais polarizadas: nas duas extremidades do espectro, os partidos irão perder alguns de seus adeptos, que decidirão abster-se em vez de votar a favor de algo que, para eles, constitui um programa demasiadamente moderado. Mas um voto ganho no centro, tomado ao outro partido, ainda vale duas vezes mais do que um voto perdido por abstenção. As duas posições são plausíveis — mas também contraditórias. Se ambos os programas dos partidos estiverem próximos do centro político, serão muito semelhantes entre si e, em vez de oferecerem uma significativa “escolha” para os eleitores, o mais provável é que façam eco, um para o outro, das suas convicções.³

Além disso, afirma-se que os sistemas bipartidários têm uma importante vantagem indireta: eles são necessários para a formação dos gabinetes unipartidários, que serão estáveis e eficazes administrações. Por exemplo, A. Lawrence Lowell (1896: 70, 73-74), um dos primeiros cien-

²Em *As democracias contemporâneas*, os sistemas partidários realmente aparecem como o elemento mais forte do primeiro “fator”, e o tipo de gabinete fica em segundo plano (Lijphart, 1984: 214).

³Os teóricos do sistema bipartidário, em sua maioria, não fazem ambas as afirmações competitivas simultaneamente. A vantagem da moderação partidária é geralmente defendida pela escola de pensamento americana, enquanto a afirmação da escolha definida reflete a escola bipartidária britânica.

tistas políticos modernos, escreveu que a legislatura deve conter “dois, e apenas dois partidos”, (...) a fim de que a forma parlamentar de governo possa produzir permanentemente bons resultados”. Ele chamava de “axioma político” o fato de os gabinetes de coalizão serem frágeis e de vida curta, comparados com os gabinetes unipartidários: “quanto maior o número de grupos divergentes, formando a maioria, mais difícil será a tarefa de satisfazê-los a todos, e mais fraca e instável será a posição do gabinete”.

Nos próximos dois capítulos confirmarei a hipótese de Lowell, relacionando sistemas partidários a tipos de gabinetes, e seu “axioma” de que os gabinetes unipartidários de maioria são mais duradouros e predominantes do que os de coalizão. A preferência dos defensores do modelo majoritário pelos sistemas bipartidários, assim, está clara e logicamente ligada à sua preferência pelos gabinetes unipartidários poderosos e predominantes. Além disso, no capítulo 8, mostrarei uma forte ligação entre os sistemas partidários e os sistemas eleitorais, o que explica ainda mais a sólida preferência dos advogados do modelo majoritário pelo sistema de maioria simples, em lugar da representação proporcional, por causa de sua inclinação pelos partidos maiores e sua contribuição para o estabelecimento e a manutenção dos sistemas bipartidários. Entretanto, o fato de essa síndrome das características majoritárias realmente traduzir-se, ou não, por um processo decisório mais capaz e eficaz do que seu correspondente consensual é totalmente um outro assunto. Lowell afirma, simplesmente, que a força concentrada significa uma efetiva capacidade de tomar decisões. No capítulo 15 demonstrarei que essa certeza é, em grande parte, incorreta.

Neste capítulo, abordo primeiramente a questão de como se deve contar o número de partidos nos sistemas partidários, e argumento que o “número efetivo dos partidos parlamentares” é a melhor medida. Tento também resolver o problema de como tratar os partidos faccionados, e também os partidos que formam sólidas alianças: devem eles ser tratados como um partido só, ou como mais de um? Em seguida, são apresentados e discutidos os números efetivos médios dos partidos parlamentares, nas nossas trinta e seis democracias. Esses números exibem uma ampla escala — desde mui-

to abaixo de dois até quase seis partidos. Finalmente, os números dos partidos são relacionados aos números e tipos de dimensões temáticas que os dividem.

O NÚMERO EFETIVO DE PARTIDOS

Os casos de sistemas bipartidários puros, compostos de “dois partidos, e apenas dois” — segundo as palavras de Lowell citadas acima —, são extremamente raros. No capítulo 2, os sistemas partidários da Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Barbados foram também descritos como bipartidários, a despeito da presença usual, na legislatura, de um ou mais partidos, menores. Será esta uma descrição correta, ou deveríamos modificá-la de alguma forma? Essa questão aponta para o mais importante problema na determinação do número de partidos em um sistema: se devemos contar ou não os partidos menores e, em caso negativo, que tamanho deve ter um partido para ser incluído na contagem.

Uma solução bastante difundida foi a proposta por Giovanni Sartori (1976: 122-23). Sugere ele, antes de tudo, que os partidos que não conseguem obter cadeiras no Parlamento sejam descartados. Que a força relativa dos demais partidos seja calculada pelo número de cadeiras no Parlamento, e que nem todos os partidos, sem se considerar seu tamanho, podem ser contados, mas que não se pode estabelecer um limite arbitrário de, digamos, 5 ou 10 por cento, acima do qual os partidos sejam contados, e abaixo do qual devam ser ignorados. Esses pressupostos preliminares não admitem exceções. Mais controvertidas são as “regras de contagem” que ele apresenta. Argumenta que só os partidos “relevantes” quanto ao seu potencial de “coalizão” ou de “chantagem” devem ser relacionados como componentes do sistema partidário. Um partido tem potencial de coalizão quando já participou de coalizões governamentais (ou, é claro, de governos unipartidários) ou quando os principais partidos o consideram um parceiro em potencial para uma coalizão. Partidos ideologicamente inaceitáveis a todos, ou à maior parte dos parceiros da coalizão e que, por isso, não são vistos como aliados em potencial, assim mesmo devem ser contados, se forem suficientemente grandes. Exemplos disso são os fortes partidos comu-

nistas da França e da Itália até a década de 1970. Esta é a “regra subsidiária de contagem, baseada no poder de intimidação ou, mais exatamente, no potencial de chantagem dos partidos de orientação oposicionista”, proposta por Sartori.⁴

Os critérios de Sartori são muito úteis para se distinguir entre os partidos significativos para o sistema político e os que só desempenham um papel menor. A seção sobre a questão das dimensões do conflito partidário, mais adiante neste mesmo capítulo, os emprega com esse propósito. Mas esses mesmos critérios não se aplicam bem à contagem do número de partidos num sistema partidário. Em primeiro lugar, embora os critérios de Sartori se baseiem em duas variáveis — o tamanho e a compatibilidade ideológica —, o tamanho é o fator crucial. Só os partidos suficientemente grandes podem ter o potencial de persuasão, mas este mesmo tamanho também constitui o principal determinante do potencial de coalizão: partidos muito pequenos, com apenas algumas cadeiras no Legislativo, podem ser totalmente moderados e, por isso, são ideologicamente aceitáveis para a maioria dos outros partidos. Mas dificilmente terão potencial de coalizão, por não terem “peso” suficiente para contribuir com um gabinete. Por esse motivo, os partidos a serem contados, sejam eles ideologicamente compatíveis ou não, são, em especial, os maiores. Em segundo lugar, embora o tamanho seja uma questão de muita proeminência no pensamento de Sartori, ele não usa esse fator para novas distinções entre os partidos de relevância: por exemplo, tanto o Partido Democrata Cristão, que dominou a política italiana até a década de 1990, quanto seu freqüente — porém muito pequeno — parceiro de coalizão, o Republicano, que jamais obteve mais de 5 por cento das cadeiras da câmara baixa, são contados de maneira igual.

⁴Sartori (1976: 123) mostra-se demasiadamente crítico sobre seu critério de potencial de coalizão, quando afirma ser ele meramente “pós-ditivo”, uma vez que “os partidos que têm um potencial de coalizão coincidem, na prática, com os partidos que de fato participaram, alguma vez, de coalizões governamentais”. Por exemplo, imediatamente após o primeiro sucesso eleitoral do Partido Democrata '66, da Holanda, no ano de 1967, ele foi amplamente considerado como um possível parceiro de coalizão, embora na verdade não participasse de nenhum gabinete até 1973.

TABELA 5.1 CLASSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS BASEADA NO NÚMERO E NOS TAMANHOS RELATIVOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Sistemas partidários	Exemplos hipotéticos de cotas de cadeiras	Número efetivo de partidos
Sistema bipartidário	55-45	2,0
Sistema de dois partidos e meio	45-40-15	2,6
Sistema multipartidário com um partido dominante	45-20-15-10-10	3,5
Sistema multipartidário sem um partido dominante	25-25-25-15-10	4,5

Fonte: Adaptado de Blondel, 1968: 184-87

Para remediar esse defeito, Jean Blondel (1968: 184-87) propõe uma classificação de sistemas partidários que leva em consideração tanto seu número quanto seus tamanhos relativos. Suas quatro categorias são mostradas na Tabela 5.1. Os sistemas bipartidários são dominados por dois grandes partidos, embora possa haver alguns outros partidos pequenos no Parlamento. Os exemplos de Blondel incluem os nossos protótipos britânicos e neozelandeses. Se houver, além dos dois grandes partidos, um consideravelmente menor, porém com potencial de coalizão, e que desempenhe um papel político significativo — tal como o Partido Liberal, da Alemanha e de Luxemburgo, o Partido Trabalhista Irlandês e o Partido Novos Democratas, do Canadá —, Blondel chama a isto um sistema “de dois partidos e meio”. Sistemas significativos com mais de dois partidos e meio são sistemas multipartidários, e estes podem ser ainda subdivididos em sistemas multipartidários com um partido dominante, e sem o mesmo. Exemplos do primeiro são a Itália anterior a 1990, com seu partido dominante, o Democrata Cristão, e os três países escandinavos com seus fortes partidos socialistas. Instâncias representativas de sistemas partidários sem um partido dominante são a Suíça, a Holanda e a Finlândia.

Os conceitos de partido “dominante” e de “meio” partido são de extrema utilidade para que se destaque, respectivamente, a posição relativamente forte e a relativamente fraca de um partido, comparado aos outros partidos importantes do sistema. Mas é óbvio que eles são vagos. Precisamos de um índice que nos informe exatamente quantos partidos existem em determinado sistema partidário, tomando seus tamanhos relativos em consideração.

Esse índice foi desenvolvido por Markku Laakso e Rein Taagepera (1979), e é agora amplamente empregado pelos comparativistas da ciência política: o número efetivo de partidos. Esse número (N) é calculado da seguinte maneira:

$$N = \frac{1}{\sum s_i^2}$$

onde s_i é a proporção de cadeiras do partido i .⁵

Pode-se perceber facilmente que, num sistema bipartidário com dois partidos igualmente fortes, o número efetivo de partidos é exatamente 2,0. Se um partido for consideravelmente mais forte que o outro, com, por exemplo, uma porcentagem respectiva de cadeiras na ordem de 70 e 30 por cento, o número efetivo de partidos é de 1,7 — de acordo com nossa avaliação intuitiva de que estamos nos afastando de um sistema bipartidário puro em direção a um sistema unipartidário. Da mesma forma, com três partidos exatamente iguais, a fórmula do número efetivo produz um valor de 3,0. Se um desses partidos for mais fraco que os outros dois, o número efetivo de partidos será algo entre 2,0 e 3,0, a depender da força relativa do terceiro partido. No exemplo hipotético do sistema de dois partidos e meio, da Tabela 5.1 — com três partidos tendo 45, 40 e 15 por cento das cadeiras do Parlamento —, o número efetivo de partidos será de fato muito próximo a dois e meio, precisamente 2,6.

Em todos os casos em que todos os partidos são exatamente iguais, o número efetivo será o mesmo que a conta numérica aproximada. Quando os partidos não são iguais em força, o número efetivo será mais baixo que o nú-

⁵É também possível calcular o número efetivo de partidos com base em seu percentual de votos, em lugar do percentual de cadeiras, porém eu uso, de forma coerente, a cota de cadeiras, porque o foco central deste estudo está na força e nos modelos dos partidos no Parlamento, e nos seus efeitos sobre a formação dos gabinetes. O número efetivo de partidos (N) traz a mesma informação que o índice de fragmentação (F) de Douglas W. Rae e Michael Taylor (1970: 22-44), e pode ser facilmente calculado a partir de F, como a seguir:

$$N = \frac{1}{1-F}$$

A vantagem de N é que ele pode ser visualizado mais facilmente como o número de partidos do que o abstrato índice de fragmentação de Rae-Taylor.

mero real. Isto também pode ser visto na Tabela 5.1. Os dois exemplos hipotéticos de sistemas multipartidários contêm, cada um deles, cinco partidos. Quando há um partido dominante, o número efetivo de partidos é de apenas 3,5. Sem um partido dominante, a cota de cadeiras é mais igualitária e o número efetivo aumenta para 4,5, próximo ao número aproximado de partidos no qual todos são contados, sem levar-se em consideração o seu tamanho.

PARTIDOS ESTREITAMENTE ALIADOS

O problema de como contar partidos de tamanhos variados é resolvido com o emprego da medida do número efetivo. Entretanto, essa medida não soluciona a questão de saber em que consiste um partido político. O pressuposto comum na ciência política é de que as organizações que se podem denominar de “partidos políticos” constituem, de fato, partidos políticos. Esse pressuposto se aplica bem à maioria dos partidos, na maioria dos países, porém se mostra problemático em duas situações: existem partidos tão estreitamente combinados que mais parecem constituir um único partido, e não dois, e, inversamente, partidos de tal modo faccionados internamente que aparentam mais serem dois ou mais partidos do que um só. O primeiro problema é menos difícil de resolver que o último. Vamos nos concentrar primeiro na questão relativamente mais fácil.

Os casos em referência incluem os seguintes partidos, estreitamente aliados e em número de cinco: a União Democrática Cristã (CDU) e a União Social Cristã (CSU) na Alemanha, os Partidos Liberal e Nacional na Austrália, e, na Bélgica, os dois Partidos Democratas Cristãos, que resultaram de uma divisão devida a fronteiras lingüísticas em 1968; os dois Partidos Liberais, divididos de forma semelhante desde 1971; e os dois Partidos Socialistas, desde 1978. Particularmente, os dois partidos alemães e os dois australianos são freqüentemente tratados como se fossem um só partido. Por exemplo, Blondel (1968: 185) considera que os liberais e os nacionais formem um único partido, quando qualifica o sistema partidário australiano como bipartidário, em lugar de um sistema de dois partidos e meio, e trata o CDU e o CSU como um só partido, ao denominar o sistema alemão de dois partidos e meio, em lugar de sistema partidário de dois partidos e

duas metades. Outro exemplo é a afirmação de Manfred G. Schmidt (1996: 95) de que os três “principais partidos estabelecidos” na Alemanha são o CDU-CSU, o SPD (socialistas) e os liberais.”

Quatro critérios podem ser aplicados para decidir se os partidos estreitamente aliados — com nomes diferentes e diversa organização interna — são na realidade dois partidos ou, mais propriamente, um partido só. Primeiro critério: normalmente, os partidos políticos competem entre si para obter os votos nas eleições. Será que os cinco pares problemáticos de partidos agem dessa forma? O CDU e o CSU não entram em competição para obter votos, porque atuam em diferentes partes do país: o CSU age na Baviera e o CDU, no resto da Alemanha. Tampouco o fazem os três pares de partidos da Bélgica, porque competem por votos em Flandres ou na Valônia, e entre falantes de francês ou de flamengo, em Bruxelas. Nas eleições uninominais australianas, o modelo é misto: liberais e nacionais normalmente não ameaçam o representante titular do outro partido, porém podem, cada um deles, indicar um candidato nos distritos de maioria trabalhista e em distritos sem um titular.

O segundo critério gira em torno do grau de cooperação entre os partidos e o Parlamento e, particularmente, da possibilidade de ambos formarem um único grupo partidário parlamentar, e também se os partidos fazem convenções em conjunto. Só o CDU e o CSU fazem isso. Terceiro critério: comportam-se os partidos como se fossem separados na formação do gabinete? Estão juntos quer no gabinete, quer na oposição, ou é possível que um esteja no gabinete e o outro na oposição? A este respeito, cada um dos cinco pares atua estritamente como um partido único. O exemplo australiano é particularmente notável porque, embora os liberais tenham obtido nítida maioria de cadeiras nas eleições de 1975, 1977 e 1996, podendo assim ter governado sozinhos, incluíram membros dos nacionais em todos os três gabinetes que formaram.

O quarto critério é o tempo: só faz sentido contar os partidos estreitamente aliados como um só se a estreita colaboração entre eles já existe desde longa data. Tanto a duração quanto o grau de proximidade distinguem os cinco pares de partidos mencionados acima de outros exemplos de alianças eleitorais, que representam apenas “casamentos de conveniência”. Sistemas eleitorais com eleições uninominais dão aos pequenos e médios partidos um forte incentivo para compor tais alianças, porém estas tendem a ser *ad hoc*, temporárias e substituíveis. Temos como exemplos a França, a Índia e a Repú-

blica de Maurício.⁶ Também ocorrem alianças eleitorais em sistemas de representação proporcional tais como, em Portugal, a Aliança Democrática, composta de três partidos, que apresentou uma lista única de candidatos e saiu-se muito bem nas eleições de 1979 e de 1980, mas que, a partir de 1983, retornou à condição de partidos mutuamente competitivos. Também na Itália, após a mudança para um sistema menos proporcional, em 1994, grupos como a Aliança Pólo pela Liberdade e a Aliança A Oliveira têm sido, como mostram os seus nomes, meras alianças entre partidos, e não partidos, propriamente.

Infelizmente, os quatro critérios não fornecem uma resposta inequívoca à questão de como os cinco problemáticos pares de partidos na Austrália, Bélgica e Alemanha devam ser considerados. Estão todos eles, genuinamente, em alguma região entre dois partidos e um só partido. Por isso, em vez de optar arbitrariamente entre a solução de um partido ou de dois — ou simplesmente tirar a sorte... —, proponho aqui dividir a diferença: calculam-se dois números efetivos de partidos, baseando-se primeiro no pressuposto dos dois partidos, e depois no de um partido, obtendo-se a média desses dois números. Isto quer dizer que cada par combinado de partidos é contado como um partido e meio. Como qualquer solução de compromisso, pode não representar a alternativa mais elegante, porém reflete a realidade desses atores partidários, melhor do que as duas opções mais extremadas.

PARTIDOS FACCIÓNADOS

Quero propor uma solução semelhante para os partidos extremamente faccionados: os Partidos Liberal e Conservador, da Colômbia, o Partido do Congresso

⁶Como o sistema alternativo da Austrália, o sistema eleitoral francês em dois turnos na realidade encoraja os partidos a não se fundirem, mas sim a realizarem alianças com partidos de mentalidade semelhante (ver capítulo 8). Entretanto, diversamente da Aliança Liberal-Nacional australiana, as Alianças Socialista-Comunista e Gaullista-Republicana, da França, não conseguem corresponder aos critérios para os partidos estreitamente aliados. Os motivos para isso são que os gabinetes socialistas normalmente não incluíram os comunistas, e os gaullistas e os republicanos confrontaram-se ferozmente nas eleições presidenciais. Isso só não aconteceu em 1995, quando houve dois candidatos gaullistas, porém nenhum republicano.

Indiano, o Democrata Cristão da Itália, o Partido Liberal Democrático, do Japão, e o Partido Democrata, dos Estados Unidos. Estes não são os únicos partidos, nas democracias modernas, que carecem de perfeita coesão — de fato, constitui um erro genérico considerar os partidos como “atores unitários” (Laver e Schofield, 1990: 14-28) —, porém são os casos mais extremos, levando os analistas a concluir que as facções partidárias se assemelham muito a partidos separados. Por exemplo, especialistas do Japão consideram geralmente as facções do Partido Liberal Democrata como “partidos dentro do partido” (Reed e Bolland, 1999). Junichiro Wada (1996: 28) escreve que os liberais democratas “não são um partido único, mas sim uma coalizão de facções”. E Raymond D. Gastil (1991: 25) oportunamente destaca que o “verdadeiro” sistema partidário do Japão é o sistema faccional no interior do Partido Liberal Democrata. Sobre os democratas cristãos, da Itália, John B. Goodman (1991: 341) declara que são “mais uma coleção de facções do que um partido unificado”.

John A. Peeler (1985: 102) descreve os dois grandes partidos colombianos como “dominados por facções”, e declara que “para a maior parte dos propósitos as facções, e não os partidos, representam os verdadeiros atores políticos”. De forma semelhante, Jonathan Hartlyn (1989: 321) conclui que o “faccionalismo partidário” faz com que o sistema de partidos colombiano “pareça mais um sistema multipartidário” do que um bipartidário. Paul R. Brass (1990: 97) argumenta ser mais preciso falar-se do “sistema faccional” indiano do que do sistema partidário daquele país. E Klaus von Beyme (1985: 229) afirma que o Congresso dos Estados Unidos “jamais teve um sistema bipartidário, e [que] todos os estudos existentes admitem um sistema tetrapartidário ou, no mínimo, tripartidário. Principalmente os democratas, que agem, de modo geral, como se constituíssem dois partidos no Congresso: os conservadores do Sul e os liberais do Norte”.

Esses tipos de facções fortes intrapartidárias tendem também a atuar muito como partidos políticos, durante a formação de gabinetes e nos gabinetes de coalizão. Como foi mencionado anteriormente, os gabinetes de coalizão costumam ser menos duradouros do que os monopartidários. Se as facções se comportam como partidos, poderíamos também supor que os gabinetes compostos por partidos faccionados durassem menos que os compostos por partidos mais coesos. Em um estudo comparativo sobre oito países, James N. Druckman (1996) constatou que, na verdade, era isso o que se passava.

O grande desafio para se encontrar uma solução de compromisso para a contagem dos partidos faccionados é que os dois números a serem acordados não são óbvios de imediato: num extremo, está a alternativa de um partido, mas qual é o número dos partidos no outro extremo? Na Itália e no Japão, onde as facções intrapartidárias mais se têm mostrado distintas e identificáveis, o número de facções tem sido bastante elevado: se essas facções forem contadas como partidos, medidos nos termos do número efetivo de partidos discutido há pouco, tanto os democratas cristãos quanto os liberais democratas teriam de se contar como cinco a seis partidos (baseando-se em dados de Leonardi e Wertman, 1989: 114-15; Baerwald, 1986: 27). Isto é evidentemente excessivo, uma vez que tornaria os sistemas partidários desses dois países, em geral, os mais extremos do mundo. A minha proposta para a alternativa, na extremidade multipartidária, é muito mais modesta: trata-se de considerar cada partido faccionado como dois partidos de igual tamanho. O resultado, então, obtém-se pela média do número efetivo de partidos, baseada na hipótese de um partido, e o número efetivo baseado na hipótese de dois partidos iguais.

O resultado é que os partidos faccionados são contados como um partido e meio — exatamente a mesma solução que propus para os partidos de estreita aliança. É claro que a minha solução para os partidos faccionados é tanto uma aproximação *grosso modo* como também não é convencional — e por isso será, provavelmente, mais controversa. Entretanto, principalmente pelo fato de este livro focalizar o grau de multipartidarismo como um dos elementos da concentração *versus* fragmentação de poder, é absolutamente necessário que uma severa fragmentação intrapartidária seja tomada em consideração. Minha única dúvida não é se um ajuste será necessário e justificável, mas, sim, se o ajuste proposto é suficientemente substancial.⁷

⁷A questão de saber se partidos de estreita aliança e partidos faccionados são contados como um partido e meio ou, de maneira mais convencional, como dois e um partido, respectivamente, também afeta a classificação dos gabinetes (gabinetes de um partido *versus* gabinetes de coalizão, e vitórias mínimas *versus* outros tipos de gabinetes) e afeta também o cálculo da desproporcionalidade eleitoral. Para os leitores que preferem a definição convencional dos partidos, a qual aceita a própria definição que os partidos dão de "partidos", o Apêndice B fornece os valores baseados nesta definição alternativa para as três variáveis no período de 1945-96, como também no período de 1971-96.

OS SISTEMAS PARTIDÁRIOS DAS 36 DEMOCRACIAS

A Tabela 5.2 mostra os números efetivos de partidos em 36 democracias — baseados na composição partidária da câmara baixa (geralmente a mais importante) das legislaturas bicamerais, ou na câmara única das legislaturas unicamerais,⁸ com a média de todas as eleições entre 1945 e meados de 1996. Eles são relacionados na ordem decrescente dos números efetivos de partidos. A faixa é muito ampla: vai de um alto nível de 5,98 partidos, em Papua-Nova Guiné, a um nível baixo, de 1,35 partido, em Botsuana. A média, para as trinta e seis democracias, é de 3,16, e o número mediano, de 3,12 partidos.

Próximo ao final da lista, como era de se esperar, encontramos também nossos casos prototípicos do Reino Unido, Nova Zelândia e Barbados. A média de 2,11 partidos na Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha reflete os numerosos pequenos partidos nesse sistema, que ainda é basicamente bipartidário. Na Nova Zelândia e em Barbados, onde tem havido um pequeno número de terceiros partidos, e a cota de cadeiras do partido vencedor demonstrou tendência a ser relativamente alta, os membros efetivos médios ficam abaixo de 2,00. O mesmo se aplica às outras três democracias da Commonwealth no Caribe — Jamaica, Trinidad e Bahamas —, a Malta, e principalmente a

⁸O número efetivo de partidos é baseado nos partidos da legislatura quando esta pela primeira vez se reúne após uma eleição. Na maioria dos casos, não existe diferença entre as cadeiras ganhas pelos partidos numa eleição e as cadeiras que eles ocupam na legislatura. Entretanto, várias mudanças menores ocorreram em três países. No Japão, desde a década de 1950, diversos candidatos independentes bem-sucedidos juntaram-se aos Liberais Democratas após a sua eleição. Passagens semelhantes de um *status* independente para a participação como membro nos partidos parlamentares, e entre partidos, verificam-se com muita intensidade após as eleições em Papua-Nova Guiné. Na câmara baixa de Botsuana, quatro legisladores eleitos "especialmente" são cooptados pelos que foram eleitos pelo voto popular. Isto fez aumentar de quatro cadeiras as maiorias legislativas do partido Botswana Democratic, do governo (Holm, 1989: 197), e também diminuiu um pouco, necessariamente, o número efetivo de partidos, de 1,39 para 1,35. Duas outras questões menores: (1) As duas instâncias de eleições boicotadas por um partido importante — em Trinidad em 1971 e na Jamaica em 1983 — resultaram na eleição de legislaturas monopartidárias. Não considerei esses resultados eleitorais por serem perfeitamente atípicos. (2) Todos os membros independentes das legislaturas foram contados como partidos mínimos, compostos de um só membro — o que significa, é claro, que são praticamente ignorados no cálculo do número efetivo de partidos, que avalia o peso de estes últimos por sua participação nas cadeiras.

Botsuana, onde o partido governante tem sido, numericamente, dominante ao máximo. Na outra ponta da série, a Suíça está quase no topo. A Bélgica fica apenas com o oitavo nível mais alto do multipartidarismo, no período total. Entretanto, nas seis eleições desde 1978, depois que todos os principais partidos se fracionaram, segundo diferenças lingüísticas, o número efetivo médio era de 5,82 partidos — ligeiramente mais baixo que o número em Papua-Nova Guiné.⁹

A Tabela 5.2 também indica a escala de variação no interior de cada uma das 36 democracias, mostrando os números efetivos mais baixos e mais altos em todas as suas eleições (cujo número é dado na última coluna). Em Malta, o sistema bipartidário puro, composto de dois — e apenas dois — partidos parlamentares, extremamente equivalentes, mostra a menor variação: entre 1,97 e 2,00, ao longo de seis eleições. Indiscutivelmente a maior variação pode ser vista nas quatro eleições em Papua-Nova Guiné: a tendência original parecia ser no sentido da consolidação do sistema partidário, quando o número efetivo de partidos decresceu de 4,46, na primeira eleição após a independência, no ano de 1977, para 2,69 na segunda eleição, em 1982. Porém essa tendência foi invertida em 1987 e 1992, quando os números pularam para 5,95 e 10,83 — o último dos quais, principalmente, refletindo um grande número de pequenos partidos, muitos deles independentes na legislatura.

⁹Estes números refletem o ajuste de “um partido e meio”, discutido acima. No período a partir de 1945, o número ajustado de partidos é 4,32 (ver Tabela 5.2), entre os dois números não ajustados 3,59 e 5,05. No caso da Bélgica, o ajuste tem um impacto considerável porque envolve de três a seis entidades partidárias. O impacto do ajuste é menor no caso da Austrália e da Alemanha. Considerando o CDU-CSU como um único partido, resulta o número efetivo de 2,64 partidos; considerando o CDU e o CSU como partidos independentes, resultam 3,23 partidos. A média relatada na tabela é de 2,93 partidos. Na Austrália, considerando liberais e nacionais como um único partido, resulta 1,94 partido, e considerando-os como partidos independentes, 2,50 — próximo de um ajuste puro de dois partidos e dois partidos e meio respectivamente —, com o número ajustado de 2,22 partidos representando algo como um sistema partidário de dois partidos e um quarto. O ajuste para partidos faccionalizados tem grande impacto no sistema partidário colombiano, porque afeta os dois partidos mais importantes. O tratamento convencional resulta em 2,22 partidos em comparação com o número ajustado de 3,32. Os números para a Índia são de 3,34 e 4,11, respectivamente; para a Itália, 4,16 e 4,91; para o Japão, 3,08 e 3,71; e para os Estados Unidos, 1,93 e 2,40.

TABELA 5.2 MÉDIA, NÚMERO EFETIVO MAIS BAIXO E MAIS ELEVADO DE PARTIDOS PARLAMENTARES RESULTANTES DAS ELEIÇÕES EM 36 DEMOCRACIAS, E O NÚMERO DE ELEIÇÕES EM QUE SE BASEIAM ESSAS MÉDIAS, NO PERÍODO DE 1945 A 1996

	Média	Mais baixo	Mais alto	Nº de eleições
Papua-Nova Guiné	5,98	2,69	10,83	4
Suíça	5,24	4,71	6,70	13
Finlândia	5,03	4,54	5,58	15
Itália	4,91	3,76	6,97	14
Holanda	4,65	3,49	6,42	15
Israel	4,55	3,12	5,96	14
Dinamarca	4,51	3,50	6,86	21
Bélgica	4,32	2,45	6,51	17
Índia	4,11	2,51	6,53	6
Islândia	3,72	3,20	5,34	16
Japão	3,71	2,58	5,76	19
França	3,43	2,49	4,52	10
Venezuela	3,38	2,42	4,88	8
Luxemburgo	3,36	2,68	4,05	11
Noruega	3,35	2,67	4,23	13
Portugal	3,33	2,23	4,26	8
Suécia	3,33	2,87	4,19	16
Colômbia	3,32	2,98	4,84	14
Alemanha	2,93	2,48	4,33	13
Irlanda	2,84	2,38	3,63	15
Espanha	2,76	2,34	3,02	7
Maurício	2,71	2,07	3,48	6
Áustria	2,48	2,09	3,73	16
Costa Rica	2,41	1,96	3,21	11
Estados Unidos	2,40	2,20	2,44	25
Canadá	2,37	1,54	2,86	16
Austrália	2,22	2,08	2,30	21
Grécia	2,20	1,72	2,40	8
Reino Unido	2,11	1,99	2,27	14
Malta	1,99	1,97	2,00	6
Nova Zelândia	1,96	1,74	2,16	17
Trinidad	1,82	1,18	2,23	7
Barbados	1,76	1,25	2,18	7
Bahamas	1,68	1,45	1,97	5
Jamaica	1,62	1,30	1,95	7
Botsuana	1,35	1,17	1,71	7

Fonte: Baseado em dados de Mackie e Rose, 1991; Mackie e Rose, 1997; Nohlen, 1993; Singh, 1994; Lijphart, 1994; e dados fornecidos por Pradeep K. Chhibber, Michael Coppedge, Brian F. Crisp, Gary Hoskin, Mark P. Jones, J. Ray Kennedy, Hansraj Mathur, Shaheen Mozaffar, Ben Reilly e Andrew S. Reynolds

Diversos países experimentaram uma prolongada tendência no sentido de um maior multipartidarismo: principalmente a Bélgica, mas também a Áustria, Colômbia, Dinamarca, Índia, Itália, Noruega e Suíça. Na Alemanha, Israel e Japão, o número efetivo de partidos primeiro declinou gradualmente, e depois aumentou de novo, nas duas ou três décadas passadas. Portugal constitui o único exemplo de uma clara tendência a um número menor de partidos. Na maioria dos demais países, ou existe pouca variação no tempo, ou flutuação, sem nenhuma clara tendência a longo prazo. De fato, os números efetivos de partidos mais baixos e mais altos foram produzidos em eleições consecutivas em não menos que sete países: Botsuana, Canadá, Costa Rica, França, Nova Zelândia, Espanha e Estados Unidos.

AS DIMENSÕES TEMÁTICAS DO CONFLITO PARTIDÁRIO

Como é possível determinar-se o conteúdo e a intensidade dos programas dos partidos e as dimensões temáticas dos sistemas partidários? As plataformas partidárias oficiais, ou os manifestos, devem ser lidos com ceticismo, embora não deixem de fornecer algumas chaves sobre o lugar onde se situam partidos na política pública, principalmente se forem complementados por outros pronunciamentos partidários formais, debates em conferências partidárias, discursos de líderes do partido no Parlamento e outros lugares. Além disso, podemos observar a verdadeira política defendida por um partido quando o mesmo está no poder, conhecer a política promovida pelo partido quando ele compartilha o poder governamental com um ou mais parceiros em uma coligação (Budge, Robertson e Hearl, 1987; Laver e Hunt, 1992; Klingemann, Hofferbert e Budge, 1994). Os programas partidários devem ser distintos das características dos eleitores que os partidos representam. Por exemplo, o fato de um partido receber, em caráter excepcional, um forte apoio dos eleitores católicos não o torna automaticamente um partido católico, e nem indica que a religião deva ser uma importante dimensão temática de seu sistema partidário. Ainda que exista, normalmente, uma mútua relação entre o programa partidário e os

interesses e necessidades — objetivos e subjetivos — daqueles que apóiam o partido.

Uma segunda diretriz para a identificação das dimensões temáticas dos sistemas partidários é que o foco deve ser dirigido às diferenças entre os partidos, e não ao interior dos mesmos. Isto quer dizer que certos conjuntos de questões importantes, em um país, podem não constituir dimensões temáticas do seu sistema partidário: elas podem dividir os partidos internamente, em vez de dividi-los entre si. Uma terceira diretriz é que a análise se restringe às questões políticas que dividem o que Sartori (1976) chama de partidos “relevantes” — aqueles com potencial tanto de coalizão quanto de persuasão. Finalmente, o foco se dirige às dimensões temáticas duradouras dos sistemas partidários. As diferenças partidárias que surgem numa eleição, desaparecendo logo depois, devem ser ignoradas.

As sete dimensões temáticas seguintes podem ser observadas em pelo menos alguns dos sistemas partidários das 36 democracias, no período de 1945 a 1996. São elas: (1) socioeconômicas, (2) religiosas, (3) etno-culturais, (4) urbano-rurais, (5) apoio ao regime, (6) política externa e (7) questões pós-materialistas. A Tabela 5.3 indica quais as dimensões temáticas que têm estado presentes em cada uma das 36 democracias. Faz-se uma distinção entre as dimensões de alta saliência (A), e as de apenas média intensidade, ou as que variaram no tempo entre alta e baixa intensidade (M). Os julgamentos sobre os quais se baseia a tabela são, necessariamente, subjetivos, mas a maioria deles é direta e incontroversa. Os poucos casos que apresentam dificuldade são apresentados na discussão de cada uma das dimensões temáticas.

1. *A dimensão socioeconômica.* A dimensão temática socioeconômica vem relacionada em primeiro lugar, na Tabela 5.3, por ser a mais importante e por estar presente em todos os sistemas partidários democráticos, no período entre 1945 e 1996. Muitos estudos têm demonstrado as significativas diferenças que há entre as políticas socioeconômicas defendidas e praticadas pelos partidos e governos de orientação de esquerda e aquelas que os partidos de direita defendem. Os governos de esquerda têm produzido, sistematicamente, uma maior taxa de crescimento do setor público da economia, maiores orçamentos do governo central, maior uniformiza-

TABELA 5.3 DIMENSÕES TEMÁTICAS DE 36 SISTEMAS PARTIDÁRIOS DEMOCRÁTICOS, DE 1945 A 1996
(NOTA: A INDICA DIMENSÃO TEMÁTICA DE GRANDE RELEVÂNCIA; M, DE MÉDIA RELEVÂNCIA)

	Socio- econômicas	Religiosas	Etno- culturais	Urbano- rurais	Apoio ao regime	Política externa	Pós- materialismo	Nº de dimensões
Finlândia	A	M	A	M	M	-	-	3,5
Bélgica	A	A	A	-	-	-	-	3,0
Alemanha	A	A	M	-	-	-	M	3,0
Índia	A	A	M	-	M	-	-	3,0
Israel	A	A	-	-	-	A	-	3,0
Itália	A	A	-	-	M	M	-	3,0
Holanda	A	A	-	-	-	-	A	3,0
Noruega	A	A	-	-	-	-	M	3,0
Papua-N.G.	A	M	A	-	-	M	-	3,0
Suíça	A	A	M	M	-	-	-	3,0
França	A	M	-	-	M	M	-	2,5
Japão	A	M	-	-	M	M	-	2,5
Portugal	A	M	-	-	M	M	-	2,5
Colômbia	A	M	-	M	M	-	-	2,5
Dinamarca	A	M	-	M	-	M	-	2,5
Espanha	A	M	A	-	-	-	-	2,5
Suécia	A	M	-	M	-	-	M	2,5
Costa Rica	A	A	-	-	-	-	-	2,0
Luxemburgo	A	A	-	-	-	-	-	2,0
Venezuela	A	A	-	-	-	-	-	2,0
Islândia	A	-	-	M	-	M	-	2,0
Malta	A	M	-	-	-	M	-	2,0
Maurício	A	-	A	-	-	-	-	2,0
Irlanda	A	-	-	-	-	M	-	1,5
Jamaica	A	-	-	-	-	M	-	1,5
Reino Unido	A	-	-	-	-	M	-	1,5
Canadá	M	-	A	-	-	-	-	1,5
Trinidad	M	-	A	-	-	-	-	1,5
Austrália	A	-	-	M	-	-	-	1,5
Áustria	A	M	-	-	-	-	-	1,5
Botsuana	A	-	M	-	-	-	-	1,5
Grécia	A	-	-	-	M	-	-	1,5
Barbados	A	-	-	-	-	-	-	1,0
Nova Zelândia	A	-	-	-	-	-	-	1,0
Estados Unidos	M	-	M	-	-	-	-	1,0
Bahamas	M	-	-	-	-	-	-	0,5
Total	34,0	16,5	9,5	4,0	4,0	6,5	2,5	77,0

Nota: A indica uma dimensão socioeconômica alta e M uma dimensão média

ção da renda, maiores esforços para a redução do desemprego e maior ênfase na educação, saúde pública e nos gastos com o bem-estar social do que os governos de direita. Essa constatação pode resumir-se na seguinte declaração feita por Edward R. Tufte (1978: 104): “O único determinante, de maior relevância, nas variações do desempenho macroeconômico entre uma democracia industrializada e outra é a localização do partido político governante no espectro da esquerda-direita. As plataformas e as ideologias políticas estabelecem as prioridades e ajudam na escolha das políticas de governo.”

As divergências entre a esquerda e a direita quanto às questões socioeconômicas têm, de um modo geral, declinado desde a década de 1960, mas não ao ponto de se poder afirmar que, no período considerado para cada país, essa dimensão temática tenha desaparecido, ou mesmo passado a ter uma proeminência de “alta” a apenas “média” na maior parte desses países. A Tabela 5.3 atribui níveis “médios” apenas aos Estados Unidos, Canadá, Bahamas e Trinidad. Quando os 36 níveis são somados — com um A equivalendo a 1,0 e um M a 0,5 —, o total é 34,0, como indicado na linha inferior da tabela. Esse resultado total para a dimensão socioeconômica é mais do que o dobro do resultado total de quaisquer outras dimensões. A dimensão socioeconômica é, também, a única que tem estado presente de forma significativa em todos os 36 sistemas partidários — o que vem a confirmar a famosa declaração de Seymour Martin Lipset (1960: 220) de que as eleições podem ser encaradas como “a expressão da luta de classes democrática”.

2. *A dimensão religiosa.* As diferenças entre os partidos religiosos e seculares constituem a segunda dimensão temática, em importância. Essas diferenças podem ser encontradas em mais da metade das 36 democracias. Em 12 países, em grande parte católicos e/ou protestantes, existem, ou têm existido há muito tempo, diversos partidos que explicitamente se qualificam como “cristãos”: Bélgica, Costa Rica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela. Na Tabela 5.3, entre esses 12 sistemas partidários, atribui-se um grau “alto” àqueles em que a diferença religiosa/secular tem sido importante, no período considerado, e um grau “médio” aos demais. Em seis países de maioria católica, as divisões

religiosas têm sido menos importantes e manifestas, em média, porém merecem, ainda assim, um grau pelo menos “médio”: Áustria, Colômbia, França, Malta, Portugal e Espanha. Em três países de maioria não-cristã, uma dimensão temática religiosa também se faz presente. Ela foi, e continua sendo, extremamente importante em Israel, onde o Partido Religioso Nacional e outros partidos religiosos há muito tempo são defensores extremamente eficazes da política religiosa ortodoxa, e na Índia, onde o Partido Bharatiya Janata é normalmente descrito como um partido “nacionalista hindu”. No Japão, o Partido Komeito tornou-se presença política significativa na década de 1970: ele é o representante político da seita budista Soka Gakkai.

Assim como a dimensão temática socioeconômica, a religiosa tem geralmente perdido importância no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Nos países europeus, com populações mistas de católicos e protestantes e um antigo antagonismo entre essas duas religiões, as tensões inter-religiosas desapareceram em grande parte, e agora os dois grupos demonstram até mesmo uma tendência para se unir politicamente. A União Democrática Cristã, da Alemanha do pós-guerra, foi fundada como um partido conjunto católico-protestante. Na Holanda, o partido católico e os dois principais partidos protestantes apresentaram uma lista conjunta para as eleições parlamentares de 1977, e pouco tempo depois se uniram numa única organização partidária. Além disso, tanto os partidos políticos quanto os seus oponentes anticlericais têm moderado, em grande parte, suas reivindicações e contra-reivindicações. Entretanto, os partidos religiosos e seculares mostram-se ainda divididos quanto a questões de ordem moral, tais como o casamento e o divórcio, os direitos dos homossexuais, o controle da natalidade, o aborto, a educação sexual, a pornografia e outras. Essas questões tornaram-se particularmente relevantes a partir do final da década de 1960. Além disso, só na segunda metade do período é que os partidos religiosos relativamente pequenos do Japão, Dinamarca, Finlândia e Suécia se tornaram eleitoralmente importantes, e só no início da década de 1990 eles manifestaram claramente o seu potencial de aliança, participando de fato de gabinetes de coalizão.

3. *A dimensão etnocultural.* Em sua teoria desenvolvimentista das estruturas de cisão e de sistemas partidários, Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (1967) identificaram quatro fontes básicas de cisão nos sistemas partidários.

São elas, além das dimensões socioeconômicas e religiosas já discutidas: as divergências etnoculturais e a divisão entre os interesses agrorurais e urbano-industriais. A dimensão etnocultural é de alguma importância em todos os nove países descritos como sociedades pluralistas, no capítulo 4, com exceção de Israel. Na maioria deles, as questões etnoculturais têm acentuada relevância. As duas exceções, bastante surpreendentes, são a Índia, que é extremamente dividida etnicamente, e a Suíça. Nesses dois países, a dimensão religiosa é um fator diferenciador muito mais relevante em nível nacional.

Em três das sociedades semipluralistas, a dimensão etnocultural também tem certa importância. Na Finlândia, a minoria de língua sueca e o Partido Popular Sueco são ambos bem pequenos, mas o partido tem sido um eficiente ator político e um freqüente parceiro nos governos de coalizão. Devido ao fato de se contar a União Social Cristã, da Baviera, como um “meio” partido, e também graças à emergência do Partido do Socialismo Democrático como partido especificamente alemão-oriental, desde a unificação em 1990, a Alemanha recebeu um grau “médio”. Nenhum partido americano tem uma base exclusivamente étnica, mas os democratas sempre representaram as minorias étnicas e raciais, e foram muito mais sensíveis aos seus interesses do que os republicanos. Quando as ações afirmativas e outros programas especiais de participação das minorias se tornaram objeto de controvérsias, os democratas tenderam a apoiá-los, enquanto os republicanos se opuseram a eles. Em Botsuana, o partido governante “é considerado pelas tribos Bamangwato e Bakuena como o representante do seu povo” (Holm, 1988: 191).

4. *A dimensão urbano-rural.* As divergências entre áreas e interesses urbano-rurais ocorrem em todas as democracias, mas constituem uma fonte de dimensões temáticas nos sistemas partidários de um pequeno número dessas democracias apenas, e com uma relevância não mais que mediana. Nos países nórdicos, onde principalmente se encontram os partidos agrários, estes tendem a se tornar menos exclusivamente rurais e a apelar também para o eleitorado urbano, movidos pelo declínio da população rural. Um nítido sinal dessa mudança é que todos os partidos agrários suecos, noruegueses e finlandeses mudaram os seus nomes para “Partido do Centro”, entre 1957 e 1965. Os liberais dinamarqueses e os progressistas islandeses também começaram como partidos agrários, mas, de forma similar, procuram ter uma imagem de partidos do centro. O Partido Popular Suíço e os conservadores

colombianos também podem ser considerados como representantes, até certo ponto, dos interesses rurais. Costumava-se chamar o Partido Nacional Australiano de “Partido do Campo”, e ele tem sido o defensor tradicional nas questões rurais e agrícolas. Em deferência à sua classificação como “meio” partido, entretanto, a Austrália recebeu apenas um grau “médio” na dimensão urbano-rural.

5. *A dimensão de apoio ao regime.* Essa dimensão pode ocorrer, nas democracias, como resultado da presença de importantes partidos que se opõem ao regime democrático. Nas nossas 36 democracias, isso ocorreu principalmente nos países europeus e asiáticos, que dispõem de consideráveis partidos comunistas: a França, a Itália, a Finlândia, Portugal, Grécia, Índia e Japão. Entretanto, a tendência para o “eurocomunismo” acarretou mudanças básicas nas atitudes dos comunistas, tanto em relação à democracia quanto à política externa. Também os partidos comunistas da Índia e do Japão se tornaram mais moderados. Por este motivo, nenhum dos sistemas partidários recebeu mais que um conceito “médio” nesta dimensão. O único outro país que dispõe de um partido comunista de porte considerável é a Islândia, porém pode-se dizer que os comunistas islandeses têm sido eurocomunistas desde 1938. Naquele tempo, eles se juntaram a uma facção socialista, para formar um novo partido que, como declara o cientista político islandês Olafur R. Grimsson (1982: 145), “aceitaria o caminho parlamentar para o poder, aderiria a uma forma islandesa de socialismo e renunciaria à participação [do partido] como membro do Komintern, posição esta que refletia mais a posição européia da década de 1970 que a do final da década de 1930”. A Colômbia recebeu um conceito “médio” por uma razão completamente diferente: o importante papel do Partido ADM19, que se originou como um movimento revolucionário, mas que depois participou das eleições, ingressando mesmo no gabinete, no início da década de 1990.

6. *A dimensão da política externa.* Uma grande variedade de questões de política externa dividiu os partidos em 12 das nossas 36 democracias: a posição pró-soviética tradicional — embora em declínio — dos partidos comunistas europeus; a oposição à participação como membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) na França e na Islândia; a oposição à participação como membros da União Européia e de

seus predecessores, na Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Irlanda e Malta; relações com os Estados Unidos, no Japão e na Jamaica; relações com a Austrália, em Papua-Nova Guiné; relações com a Líbia, em Malta; e diferentes atitudes dos partidos irlandeses com relação ao problema da Irlanda do Norte. Nenhuma dessas questões, entretanto, foi relevante ou duradoura o suficiente para merecer mais que um grau “médio”. O único país com uma nota “alta”, na Tabela 5.3, é Israel. Ali, a questão é nacionalista-territorial e o debate, segundo as palavras da cientista política israelense Ofira Seliktar (1982: 295), se faz “entre os que seguem a tradição territorial maximalista dos revisionistas, e os que aderem às exigências territoriais mais moderadas da escola social-sionista”. Essa dimensão temática tem sido especialmente relevante desde a ocupação dos territórios árabes, em 1967.

7. *A dimensão materialismo versus pós-materialismo.* Essa dimensão gira em torno de duas questões da democracia participativa e ambientalista, que tanto se adaptam ao choque de valores, chamado de “pós-materialismo” por Ronald Inglehart (1977: 40-59; também Inglehart, 1997: 108-30). Inglehart verificou que, principalmente entre os jovens de classe média nas democracias ocidentais, se confere uma grande prioridade a metas do tipo “fazer com que as pessoas possam interferir mais no modo como se decidem as coisas, no trabalho e nas suas comunidades” e “dar maior voz ao povo, nas decisões importantes do governo”. Além disso, nas nações mais ricas, o choque de valores pós-materialistas também inclui o objetivo de “tentar embelezar as nossas cidades e campos”. Como demonstra a Tabela 5.3, o pós-materialismo tornou-se fonte de uma nova dimensão em alguns poucos sistemas partidários, apenas. A explicação é que ele só surgiu nos países mais desenvolvidos, e recentemente. Como resultado disso, os partidos pós-materialistas continuaram pequenos e geralmente sem um nítido potencial de coalizão. Entretanto, os Partidos do Centro, da Noruega, e do Centro, da Suécia, fizeram uma transição sutil, passando dos valores rurais, ultrapassados, para os do ambientalismo moderno. E dois novos partidos holandeses — o Partido Democrata '66 e o Partido Radical — adotaram as propostas participativas, desde fins da década de 1960, ingressando em um gabinete de coalizão em 1973. A Alemanha também ficou com um grau “médio” nesta dimensão, por causa da importância do Partido Verde; ele tem participado de diversos go-

vernos em nível estadual, e foi amplamente reconhecido como detentor de potencial de coalizão também em nível nacional, mesmo antes de participar de fato de um gabinete nacional, como o parceiro mais jovem dos Socialistas, em 1998.

DIMENSÕES TEMÁTICAS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

A última coluna da Tabela 5.3 mostra o número de dimensões temáticas em cada uma das 36 democracias. Esse número, em princípio, poderia abranger de 7 a 0 dimensões, porém o atual alcance é de 3,5 a 0,5. Os países com os mesmos resultados totais estão agrupados na tabela, e esses grupos são relacionados na ordem decrescente do número de dimensões temáticas. Dentro de cada categoria, países com o mesmo padrão de dimensões temáticas estão relacionados em primeiro lugar. Por exemplo, no grupo com 2,5 dimensões temáticas, a França, o Japão e Portugal têm a mesma dimensão socioeconômica “alta”, e mais as mesmas dimensões religiosas, de apoio ao regime e de política externa, com grau “médio”. Costa Rica, Luxemburgo e Venezuela formam um subgrupo semelhante, na categoria 2,0. Cinco países com herança política britânica formam dois subgrupos na categoria 1,5: um se compõe de Irlanda, Jamaica e Reino Unido; o outro, do Canadá e Trinidad.

Como se relacionam esses números de dimensões temáticas com os números efetivos de partidos políticos? Há duas razões para se supor uma forte ligação entre eles. Primeiro, quando há várias dimensões de conflito político numa sociedade, era de se esperar a necessidade de um número relativamente grande de partidos para expressar todas essas dimensões, a menos que elas pudessem coincidir. Em segundo lugar, têm-se definido as dimensões temáticas em termos das diferenças entre os partidos, em lugar de diferenças no interior dos partidos. Isto quer dizer que, por exemplo, os sistemas bipartidários não podem abrigar facilmente tantas dimensões temáticas quanto os sistemas multipartidários. O coeficiente de correlação entre o número efetivo de partidos, nas 36 democracias (Tabela 5.2) e o número de dimensões temáticas (Tabela 5.3) é, na verdade, um valor muito forte e, do ponto de vista estatístico, muito significativo: 0,84.

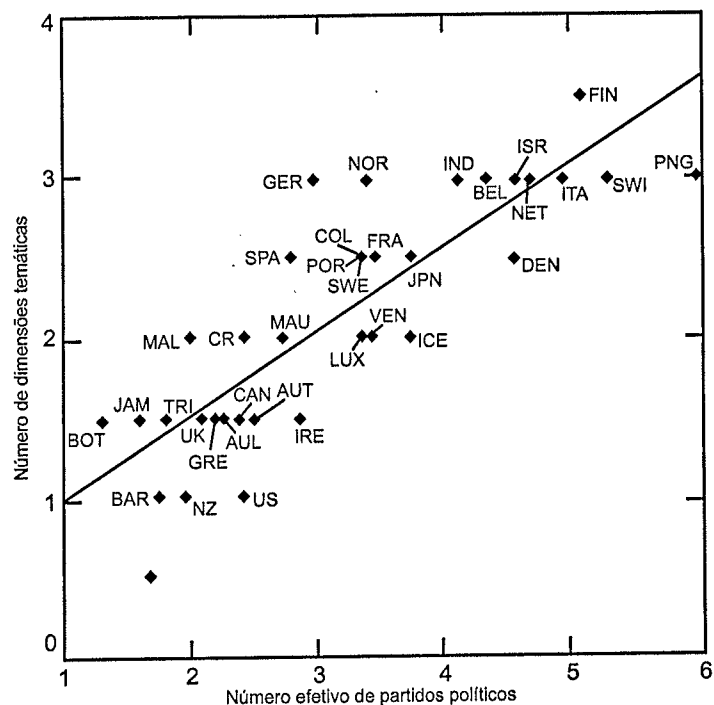


Fig. 5.1 Relação entre o número efetivo de partidos parlamentares e o número de dimensões temáticas em 36 democracias, de 1945 a 1996

A Figura 5.1 mostra a forma de relacionamento entre as duas variáveis e as posições de cada um dos 36 países graficamente.¹⁰ Rein Taagepera e Bernard Grofman (1985) sugeriram que a relação entre o número efetivo de partidos (N) e o número de dimensões temáticas (I) possa ser expresso por:

$$N = I + 1.$$

¹⁰Na Figura 5.1, e em outras semelhantes nos próximos capítulos, as 36 democracias são identificadas pela três primeiras letras de seus nomes em inglês, com exceção de AUL, que significa Austrália, AUT — Áustria, CR — Costa Rica, JPN — Japão, NZ — Nova Zelândia, PNG — Papua-Nova Guiné, UK — Reino Unido e US — Estados Unidos.

O sistema bipartidário característico do modelo Westminster, em geral com uma dimensão temática, ajusta-se perfeitamente a esta fórmula. Depois, com o aumento no número dos partidos, ocorrerá exatamente o mesmo aumento no número das dimensões temáticas. A fórmula de Taagepera-Grofman é uma excelente estimativa, embora a linha real de regressão na Figura 5.1 seja algum modo mais horizontal do que eles previram: na parte inferior há mais dimensões temáticas, e na superior, menos do que se previu, com base na fórmula. Entretanto, os dois números relacionam-se muito fortemente. Alemanha, Noruega, Estados Unidos e Bahamas são os mais distantes da linha de regressão, mas mesmo esses quatro países não podem ser descritos como distantes forasteiros.

Diversamente do número efetivo de partidos, e das quatro variáveis que serão discutidas nos próximos quatro capítulos, o número de dimensões temáticas não constitui uma variável institucional, e por isso não é usado como um dos componentes da dimensão geral executivos-partidos. Entretanto, por ser tão estreitamente relacionado ao número de partidos, poderia ajustar-se a esta dimensão de forma muito próxima e, se fosse incluído, pouco afetaria a forma da mesma.